Consciência Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Simon Schwartzman

Palestra de abertura do Curso de Educação Ambiental,
Semana do Meio Ambiente, 7 de junho de 1999

Na sua forma mais simples, a educação ambiental tem por objetivo mostrar aos alunos, e sobretudo às crianças, a importância do ambiente em que vivemos, que deve ser preservado como um tesouro que temos a responsabilidade de guardar, e que não devemos destruir nem desperdiçar. Cuidar do meio ambiente pode ser entendido como mais um dos princípios morais e éticos que também são objeto de preocupação dos educadores - as crianças devem aprender a ser responsáveis, cumprir suas obrigações, respeitar os mais velhos, tratar bem a seus semelhantes, não se comportar de modo agressivo.

Como dar formação ética e moral na escola, em relação ao meio ambiente como em relação a outros valores? A pior forma é fazer da formação moral objeto de um discurso retórico desvinculado da vida dos estudantes, assim como da própria realidade dos professores. Este tipo de retórica, no melhor dos casos, não consegue interessar e motivar os estudantes, e, em situações mais extremas, acaba por indispô-los contra as idéias apresentadas nas aulas, que são vistas como abstratas, desligadas da realidade da experiência diária das pessoas, quando não, diretamente, hipócritas. A melhor forma de educação moral é aquela que é dada pela prática quotidiana dos professores e dirigentes escolares. Os estudantes tendem a tomar seus pais e professores como modelos de vida, a serem copiados e emulados, e adotarão as formas de comportamento e os princípios morais de seus modelos. Uma família e uma escola que adotem, no dia a dia, práticas de cuidado com o meio ambiente, transmitirão naturalmente esta prática a seus filhos e alunos, mesmo que ela não seja objeto de aulas e preleções formais.

Isto não significa, no entanto, que os professores não devam refletir e entender os princípios éticos que praticam, e trabalhá-los com seus estudantes, para que eles entendam o que estão fazendo, e tenham condições, sobretudo, de identificar os difíceis dilemas e opções que são inevitáveis quando buscamos nos comportar, na prática, de acordo com princípios éticos e morais que possuímos. É fácil compreender que o verdadeiro comportamento ético não reside na repetição de enunciados gerais e abstratos - ame o próximo, não seja violento, respeite os mais velhos, proteja a natureza - e sim na capacidade de enfrentar os dilemas diários que se colocam no relacionamento entre pessoas e destas com o mundo em que vivem, em condições de recursos precários, necessidades prementes e pouca informação. Ser contra a violência pode assumir diferentes formas, desde o pacifismo extremo da resistência passiva e de oferecer a outra face aos que nos ofendem ao apoio a políticas públicas de repressão intensa e exemplar a todas as formas de violência ilegítima. A ética ambiental também pode adquirir

aspectos muito distintos, desde a defesa intransigente de todas as formas e manifestação da natureza - cada árvore, cada inseto, cada pedaço de solo - até a busca de formas de intervenção muitas vezes drásticas no ambiente natural, para torná-lo mais adequado ao uso humano e a sua preservação através do tempo.

Os especialistas que têm se dedicado ao estudo dos temas ambientais distinguem diferentes correntes, orientações e ideologias ambientalistas, que muitas vezes se confundem. Uma maneira de entender estas diferentes correntes ou ideologias é pensar em uma linha ou contínuo que vai de um extremo que poderíamos chamar de "geocêntrico" a um outro que pode ser chamado de "antropocêntrico".[1]

A corrente geocêntrica parte da idéia de que o homem deve se adaptar e integrar à natureza, e não a natureza ao homem. Nesta perspectiva, os sistemas ecológicos, formados por florestas, rios, mares e campos, assim como as espécies vegetais e animais, são frágeis e insubstituíveis, e estão ameaçados pelo crescimento da indústria, da tecnologia e da ocupação dos espaços pelos homens. Os interesses das pessoas devem se subordinar à necessidade de preservação das espécies e dos ambientes naturais. Para isto, a sociedade deveria ser organizada para atender no máximo às necessidades das pessoas, e não a seus desejos. As tecnologias usadas na agricultura e na indústria deveriam ser as mais simples, fazendo uso intensivo de mão de obra, e poupando ao máximo o uso de recursos naturais, como a água e os minerais. O ambientalismo geocêntrico é uma forma extrema de ambientalismo, na medida em que exige, para se realizar, de uma profunda transformação na maneira pela qual as sociedades estão organizadas.

A visão oposta, também extrema, é a visão antropocêntrica, para a qual a natureza existe para servir ao homem, e não haveriam limites éticos ao uso de recursos naturais e à intervenção e transformação dos ambientes naturais para servir aos interesses humanos. Esta noção faz parte do pensamento moderno que surgiu com a revolução industrial no século XVIII, que supõe que os recursos da natureza seriam infinitos, e que a capacidade humana de encontrar soluções para seus problemas, necessidades e ambições, através da ciência, da tecnologia e pela organização de grandes sistemas administrativos e produtivos, seriam também ilimitados. O antropocentrismo é também uma visão extrema, na medida em que não coloca limites à ação de indivíduos ou firmas, vê com ceticismo todas as tentativas de proteger e regular o uso dos ambientes e dos recursos naturais, sem atentar para os evidentes problemas que a expansão descontrolada do uso dos recursos naturais vem criando. Na sua forma extrema, a visão antropocêntrica se opõe às tentativas de governos e organizações internacionais de limitar a ação de indivíduos e firmas como contrárias ao progresso, e acredita na capacidade dos mercados de irem corrigindo, por si mesmos, os desajustes gerados pela espoliação dos ambientes e dos recursos naturais.

---

[1] Esta análise é feita na introdução ao livro *The Politics of Sustainable Development, Theory, policy and practice in the European Union* (Londres e New York, Routledge, 1997), editado or Suzan Baker, Maria Kousis, Dick Richardson e Stepeh Young.

É entre estes dois extremos que surge o que se denomina, hoje, de "desenvolvimento sustentável". Este termo foi consagrado, e passou a ser adotado por instituições internacionais, governos e organizações comunitárias em todo o mundo, a partir do já famoso relatório de 1987 da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento denominado "Our Common Future", Nosso Futuro Comum, que ficou conhecido como o "Relatório Brundtland", o nome de sua presidente. A perspectiva do desenvolvimento sustentável é uma perspectiva claramente antropocêntrica, no sentido de que seus documentos expressam a preocupação com o futuro das pessoas, e não com a natureza enquanto tal. No entanto, ao contrário das formas extremas do modernismo, o desenvolvimento sustentável supõe que a natureza tem limites, que o progresso humano não pode continuar de forma ilimitada e incontrolável, e que deve haver uma responsabilidade coletiva pelo uso dos recursos naturais. O valor fundamental expresso pelo Relatório Brundtland não é o primado da natureza, nem o primado da liberdade individual, mas a responsabilidade inter-generacional: a idéia de que é necessário atender às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender a suas próprias necessidades.

Tanto quanto as demais perspectivas, o desenvolvimento sustentável é uma ideologia, um valor, uma ética. Sua vantagem sobre as outras perspectivas é que busca incorporar os conhecimentos que vêm se acumulando nos últimos anos sobre os problemas ambientais trazidos pelo progresso descontrolado, e busca encontrar um espaço para o atendimento das necessidades humanas que seja compatível com o equacionamento destes problemas. Este espaço deve ser conquistado tomando em consideração dois elementos essenciais: as *necessidades* das pessoas, que incluem o direito a uma vida digna, mas não os abusos do consumismo descontrolado; e a idéia de *limites* ao que é possível fazer com os recursos naturais e ambientais disponíveis. Estas noções definem uma atitude, uma preocupação, que não trazem em si a solução dos problemas. Quais são as necessidades a ser atendidas, como limitar o consumo excessivo sem paralizar a economia e criar desemprego, quais os verdadeiros limites no uso dos recursos naturais, qual a capacidade da natureza de se regenerar, qual a capacidade das pessoas e das sociedades de se adaptar a novas condições ambientais e ao uso de novos produtos, tudo isto é matéria de pesquisa, discussão e experimentos.

Existem pelo menos duas versões do desenvolvimento sustentável. Uma é mais pragmática e menos radical, que procura não se antecipar aos problemas, e tratar de resolvê-los um a um, na crença, típica do modernismo, na grande capacidade das pessoas e sociedades em encontrar soluções para os problemas que vão surgindo; enquanto a outra é mais radical, teme mais pelas consequência catastróficas do desenvolvimento controlado, desconfia dos poderes da iniciativa individual e da tecnologia para resolver os problemas que já surgem no horizonte, e propõe ações preventivas muito mais fortes e decisivas.

As diferentes perspectivas sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável estão permeadas por uma outra questão, que é a do papel dos governos e das organizações da

sociedade para levar à frente políticas ambientalmente corretas e adequadas. Existem os que defendem a necessidade de grandes sistemas de poder e estruturas complexas de planejamento dentro dos países como internacionalmente; outros acreditam muito mais na força das organizações comunitárias e do poder local; outros, finalmente, colocam suas esperanças na criatividade e eficiência da iniciativa privada. A relação entre estas perspectivas políticas e os valores ambientais não são óbvias, e afetam questões como a natureza do regime democrático e o funcionamento de sistemas federativos como o brasileiro: em nome de uma perspectiva geocêntrica, há quem defenda o fortalecimento do poder dos governos centrais e a criação de sistemas internacionais com grande capacidade de controle e intervenção, enquanto que outros defendem a descentralização política e a ação comunitária.

Todas estas perspectivas são, em maior ou menor grau, combinações de conhecimentos, avaliações e valores que as pessoas possuem a respeito da natureza, da vida humana e da sociedade. Quanto mais conheçamos a respeito do que vem ocorrendo na natureza e na sociedade, mais teremos condições de levar à frente e fortalecer nossos valores. Existe hoje um grande esforço de conhecer melhor o sentido ambiental da atividade humana, inclusive por parte de agências governamentais internacionais e nacionais, como o IBGE, que precisa ser aperfeiçoado e ampliado.[2] O nosso papel, na educação ambiental, não deve e nem pode se limitar à difusão retórica de nossos valores. Além de dar o exemplo, temos que mostrar aos estudantes as diferentes alternativas e visões sobre o tema ambiental, e sobretudo transmitir conhecimentos que possam aumentar sua capacidade de entendender e avaliar os possíveis sentidos e alcances das diferentes opções.

[2] Veja a respeito Ismail Serageldin, *Sustainability and the Wealth of Nations: First Steps in an Ongoing Journey*. World Bank, Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series No. 5 7/01/96